



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO

Assunto: Solicitando ao Diretor Superintendente do SAAE informações sobre o aumento no valor das tarifas de água em mês marcado por constantes interrupções no abastecimento.

Considerando que, no último mês, a cidade de Garça enfrentou diversos dias de falta de água em praticamente todos os bairros, causando transtornos imensos à população e ao comércio local;

Considerando que, contraditoriamente ao período de desabastecimento, diversos municípios têm relatado um aumento significativo no valor de suas contas de água, gerando indignação e questionamentos sobre os critérios de medição e cobrança;

Considerando que é de conhecimento técnico que a entrada de ar nas tubulações, comum após interrupções no fornecimento, pode causar a rotação acelerada do hidrômetro, registrando um consumo inexistente de água;

Requeiro à Mesa, na forma regimental e consultado o Plenário, oficie-se ao Diretor Superintendente do SAAE para que preste as seguintes informações:

1. Qual a justificativa técnica para o aumento nos valores das contas de água em um período onde o fornecimento foi sabidamente irregular e interrompido por vários dias?
2. O SAAE realizou algum estudo ou monitoramento sobre a possível interferência da entrada de ar nas redes de distribuição, que pode ter elevado falsamente a medição nos hidrômetros dos consumidores?





CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

3. Existe algum canal específico ou mutirão de atendimento planejado para que os moradores que se sentirem lesados possam solicitar a revisão de suas contas sem a necessidade de pagamento prévio da tarifa contestada?
4. Quais medidas a autarquia está adotando para evitar que o cidadão garcense seja onerado financeiramente por um serviço que não foi prestado de forma contínua no último mês?

Sala das Sessões, assinado e datado eletronicamente.

MARQUINHO MOREIRA

Vereador – REPUBLICANOS

Documento assinado eletronicamente pelo(s) autor(es), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001, em conformidade com as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

